



Revisão do Plano Diretor Municipal da Ribeira Brava



Resumo Não Técnico

Julho 2014

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. DEFINIÇÃO DE ÂMBITO, OBJETIVOS E METODOLOGIA	4
2.1. Âmbito e Objetivos	4
2.2. Metodologia	6
3. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO	9
3.1. Descrição do Plano Diretor Municipal	9
3.2. Objetivos	12
3.3. Questões Estratégicas e Fatores Ambientais	16
4. IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	19
4.1. Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores para cada Fator Crítico para a Decisão	21
5. SITUAÇÃO ATUAL, TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO E EFEITOS.....	28
5.1. Desenvolvimento Humano e Competitividade	29
5.2. Riscos Naturais e Tecnológicos.....	31
5.3. Potencialidades e Fragilidades Territoriais	33
5.4. Qualidade Ambiental	34
6. MEDIDAS DE GESTÃO E CONTROLO	37
6.1. Medidas de Gestão.....	37
6.1.1. Desenvolvimento Humano e Competitividade	38
6.1.2. Riscos Naturais e Tecnológicos	43
6.1.3. Potencialidades e Fragilidades Territoriais	46
6.1.4. Qualidade Ambiental	48
6.2. Medidas de Controlo/Programa de seguimento	52
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	65

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Metodologia geral que se preconiza para a presente Avaliação Ambiental.	7
---	---

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - FCD identificados e sua descrição.	20
Quadro 2- Objetivos de sustentabilidade e Indicadores por FCD.	22
Quadro 3 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar por FCD.	53



Introdução

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da revisão do Plano Diretor Municipal da Ribeira Brava (PDMRB), dando cumprimento ao estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei (DL) n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de Maio.

De acordo com o artigo 3.º do DL n.º 232/2007, de 15 de Junho, na sua atual redação, e o DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo DL n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, a revisão do PDMRB encontra-se sujeita a Avaliação Ambiental. Este enquadramento legal define como responsável pela AAE o proponente do plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal da Ribeira Brava.

O Relatório Ambiental foi antecedido pelo Relatório proposta de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental e Análise dos Fatores Críticos para a Decisão, estabelecendo a metodologia de abordagem a utilizar, os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), respetivos critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores que foram utilizados no desenvolvimento do Relatório Ambiental.

O presente RNT condensa os principais resultados obtidos, nomeadamente os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da revisão do PDMRB, sendo precedido de uma breve descrição da metodologia utilizada e do objeto da avaliação.

Pretende-se que os resultados da AAE que agora se apresentam constituam um contributo para a integração de preocupações ambientais e de sustentabilidade na versão final do PDMRB, e na discussão dos impactes territoriais que lhe estão subjacentes. A AAE tem sobretudo o papel facilitador deste processo, através da identificação de ameaças e de situações de oportunidade ambiental e de sustentabilidade.



Definição do âmbito, objetivos e metodologia

2. DEFINIÇÃO DE ÂMBITO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

2.1. Âmbito e Objetivos

O objeto da avaliação ambiental é a Proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Ribeira Brava.

Em consonância com as boas práticas em matéria de AAE, os objetivos que presidirão à realização da AAE da revisão do PDMRB serão:

- assegurar a integração das questões ambientais de natureza estratégica na preparação e aprovação da revisão do PDMRB, num quadro de desenvolvimento local e regional;
- identificar as características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não forem aplicadas as alterações mais significativas que decorrem da evolução do antigo PDM para o novo;
- identificar os problemas ambientais pertinentes para o concelho da Ribeira Brava, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as que poderão potencialmente ser incluídas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- assumir o Parque Natural da Madeira - PNM (Decreto Regional n.º 14/82/M, de 10 de Novembro) e as Zonas Especiais de Conservação (ZEC) da Rede Natura 2000 da Laurissilva da Madeira (PTMAD0001), do Maciço Montanhoso Central da Ilha da Madeira (PTMAD0002) enquanto referências qualificadoras para o novo PDM que entrará em vigor;
- identificar os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação da revisão do PDMRB, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longos prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os

bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;

- identificar as medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente, resultantes da aplicação da revisão PDMRB;
- identificar, selecionar e fundamentar as opções que permitam compatibilizar os objetivos específicos da revisão do PDMRB com os objetivos globais estabelecidos em matéria de desenvolvimento e crescimento económico a nível regional;
- identificar situações que visem otimizar a integração dos aspetos ambientais com os aspetos socioeconómicos, quer no âmbito da conceção do PDMRB, quer no que se refere aos sistemas de controlo e monitorização da estratégia por ele preconizada para o desenvolvimento do concelho;
- assegurar um processo transparente e eficaz de consulta e participação das entidades com relevância sectorial, local e regional, bem como da população em geral.

2.2. Metodologia

Na Figura 1 sintetiza-se a metodologia geral que se preconiza para a presente Avaliação Ambiental, em que se evidencia a interligação com as atividades da revisão do PDMRB com a própria AAE, alvo, no entanto, de relatório separado.

Tal como definido no artigo 5.º do instrumento regulador, a AAE iniciou-se com a fase de Definição de Âmbito e Identificação de Fatores Críticos. Esta fase foi crucial para o bom desempenho da AAE e teve como objetivos definir o Quadro Estratégico de Referência (QER) para a AAE, determinar as questões de avaliação e Fatores Ambientais significativos e identificar o público-alvo para consulta, bem como a metodologia a adotar para a componente de participação do público.

Seguiu-se então a presente fase de avaliação na qual se procederá à elaboração do Relatório Ambiental para Consulta Pública e respetivo RNT, no qual será analisada a situação existente, os efeitos significativos sobre o ambiente resultantes da concretização da revisão do PDMRB em análise e, conseqüentemente, serão propostas medidas de minimização e controlo, com o intuito de preparar e antecipar alguns dos efeitos potencialmente adversos da revisão do PDM da Ribeira Brava.

Este Relatório será submetido a processo de consulta pública, cujos resultados serão integrados num Relatório Ambiental Final, com conseqüente emissão da respetiva Declaração Ambiental.

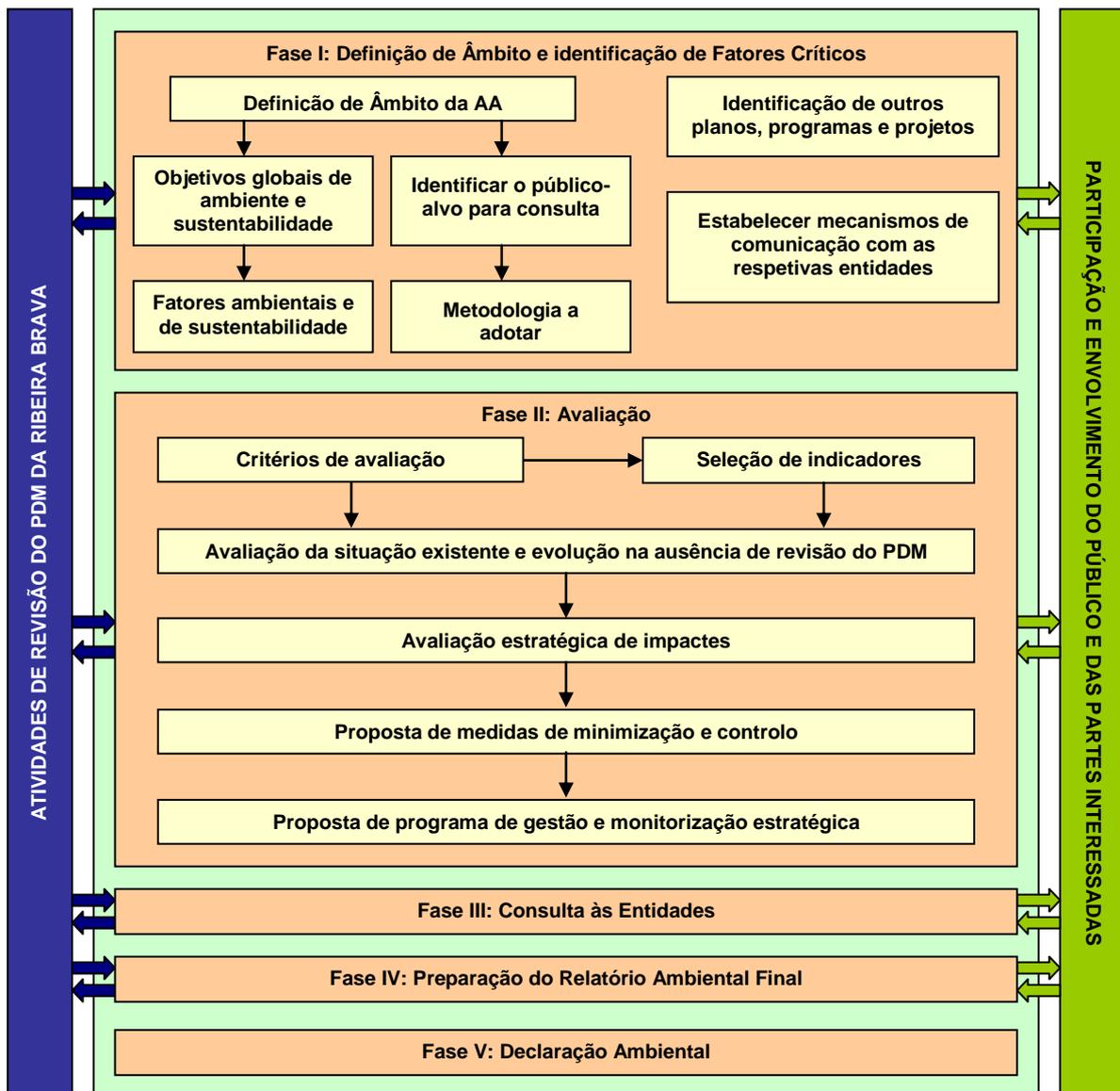


Figura 1 - Metodologia geral que se preconiza para a presente Avaliação Ambiental.



Descrição do objeto de avaliação

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

3.1. Descrição do Plano Diretor Municipal

Um Plano Diretor Municipal é um instrumento do ordenamento do território desenvolvido com o objetivo de planear o uso e ocupação do solo do município. É o instrumento base de ordenamento de todo o território do município, integrando também as orientações estratégicas do modelo de desenvolvimento do concelho, através da definição de estratégias de planeamento e gestão urbanísticas. Deste modo, pretende-se desenvolver e definir, ao nível do PDM, princípios e normas de uso dos solos que integrem uma visão de utilização racional do território, devendo este plano ser compatibilizado com aqueles hierarquicamente superiores. Nesta linha, a revisão do PDM deverá integrar também regras que serão diretamente aplicáveis ao nível das unidades operativas de planeamento e gestão que vierem a ser propostas.

O PDM da Ribeira Brava em vigor foi ratificado pela Resolução do Governo Regional n.º 2/2002/M, publicada a 26 de Agosto de 2002 no Diário da República – N.º 196, I – Série - B.

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 43/2008/M, de 23 de Dezembro, o Plano Diretor Municipal "(...) estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal" (n.º 1 do artigo 63.º). O artigo 82.º refere que a revisão dos planos municipais de ordenamento do território pode decorrer: i) [D]a necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazos, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os relatórios de avaliação da execução dos mesmos [só depois de decorridos três anos após a entrada em vigor do plano]; ii) [D]e situações de suspensão do plano e da necessidade da sua adequação à prossecução dos interesses públicos que a determinaram. Esta revisão implica a "(...) reconsideração e reapreciação

global das opções estratégicas do plano, dos princípios e objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e valorização dos recursos e valores territoriais”.

Tendo passado mais de seis anos da entrada em vigor do PDM, foi sentida a necessidade de se proceder a uma análise da evolução do enquadramento jurídico do PDM e dos principais indicadores económicos, ambientais e sociais, bem como avaliar se os objetivos e intenções definidos no PDM foram cumpridos.

Assim “este é o momento apropriado para se realizar uma reflexão profunda sobre as estratégias a prosseguir, que deverão traduzir as principais opções de desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental, favorecendo ou condicionando a utilização do território pelos diversos setores de atividade e defendendo e valorizando os recursos existentes, no sentido de um desenvolvimento consistente e sustentável” (Inplenitus, 2013a).

Esta reflexão inclui toda uma análise da adequabilidade do PDM em vigor às novas dinâmicas económicas, sociais e ambientais que foram surgindo e evoluíram ao longo destes anos. Deste modo, a decisão de iniciar o processo de revisão do PDM surgiu na sequência natural desta reflexão e pela identificação de determinados aspetos que fundamentam esta tomada de decisão.

A revisão do PDMRB pretende proceder à adaptação do PDM aos diplomas e regimes jurídicos aprovados ou em fase de adaptação à Região Autónoma da Madeira (RAM) (posteriormente à entrada em vigor do PDM), que criam um novo enquadramento, diferente do que serviu de base à construção do PDM atual e, ainda, à correção de disfunções de carácter gráfico, dispondo de cartografia de base atualizada que permite a elaboração de uma proposta técnica mais adequada à realidade física e, logo, mais conducente à concretização dos objetivos estipulados - nomeadamente a adequação de perímetros urbanos ao território (centralizando assim recursos e infraestruturas, com evidentes ganhos de eficiência, menores custos e claros benefícios ambientais e de qualificação urbanística) (Inplenitus, 2013a).

A adoção de medidas que se insiram em estruturas de sistemas de informação geográfica (SIG) que visem uma eficaz gestão e conhecimento do território, bem como a agilização da disponibilização da informação ao Município, é outra das metas a procurar com o processo de Revisão. Por último, é ainda uma oportunidade para analisar o concelho do ponto de vista da proteção civil, através da elaboração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Ribeira Brava, e respetivo Relatório de Riscos e identificação cartográfica dos mesmos, assim como para elaborar o Mapa de Ruído, identificando as zonas de maior exposição ao ruído ambiente, e tornando possível a aferição das que, sob esse pondo de vista, oferecem maior qualidade de vida (Inplenitus, 2013a).

Assim, o novo PDMRB deve mostrar-se um instrumento flexível e atento à realidade em constante mutação, dando resposta às atuais exigências de contenção e colmatação, reabilitação e renovação urbanas, e de valorização e salvaguarda do meio natural. Só assim se poderá manter válido e ajustado durante o seu período de vigência, contribuindo para uma eficaz gestão urbanística e para uma equilibrada gestão dos recursos e complementaridade de investimentos.

3.2. Objetivos

O Regulamento da revisão do PDM da Ribeira Brava apresenta como objetivos estratégicos (artigo 2.º da proposta de Regulamento):

A. Adequação ao quadro de desenvolvimento local do estabelecido nos Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito nacional e regional;

B. Definição das principais regras a que devem obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na área de intervenção;

C. Valorização do mundo rural:

C.1. Fomento das atividades agrícolas;

C.2. Assumir e defender a paisagem humanizada, como factor capital de manutenção e valorização do produto turístico;

C.3. Optimização das infraestruturas e contenção da edificação dispersa;

D. Proteção e aproveitamento racional dos valores e recursos naturais:

D.1. Delimitação da estrutura ecológica municipal, com vista à salvaguarda e equilíbrio dos ecossistemas;

D.2. Promoção turística sustentada dos espaços naturais, de acordo com o seu potencial turístico e capacidade de carga;

D.3. Promoção dos recursos turísticos de mar e montanha;

D.4. Promoção do uso racionalizado da água e da utilização de fontes energéticas renováveis;

E. Valorização do património e qualificação urbana:

E.1. Valorização e qualificação dos espaços públicos nos aglomerados urbanos;

E.2. Delimitação de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão com vista à salvaguarda e valorização de centros históricos/núcleos originais;

E.3. Inventariação do património edificado;

F. Promoção da identidade e da coesão territorial:

- F.1.** Criar diferenciação pela qualidade, no âmbito da vocação turística;
- F.2.** Consolidação de uma rede urbana equilibrada e sustentada, solidária e consistente;
- F.3.** Criar uma estratégia de captação de investimento, de fixação de casais jovens e de quadros;
- F.4.** Propiciar condições de equidade económica, social e territorial no acesso aos bens, serviços e equipamentos.

Como objetivos específicos da revisão do PDMRB, que concretizarão territorialmente o conjunto de objetivos apresentados acima, são apontados os seguintes:

- 1.** Salvaguardar os territórios vulneráveis a riscos naturais ou tecnológicos condicionando a ocupação humana e associando-os a programas municipais de emergência e cartografia de risco e à Estrutura Ecológica Municipal;
- 2.** Salvaguardar as paisagens com regimes especiais de conservação, nos termos dos Planos de Ordenamento e Gestão das ZEC do Maciço Montanhos Central da Ilha da Madeira e da Laurissilva da Madeira;
- 3.** Associar estratégias de reconversão florestal de áreas degradadas com introdução de espécies autóctones e controlo de espécies infestantes;
- 4.** Potenciar o turismo associado à Paisagem;
- 5.** Manutenção e aproveitamento dos valores da paisagem e das ocorrências patrimoniais para o fomento das atividades turísticas ligadas ao património e cultura e das atividades desportivas de natureza, como recurso identitário e de valorização do território;
- 6.** Conter o desordenamento associado à edificação dispersa e de grande heterogeneidade ao nível morfotipológico;

- 7.** Investir na promoção dos espaços verdes em contexto urbano e na qualificação dos espaços públicos na generalidade do concelho;
- 8.** Aferição de novos parâmetros urbanísticos e usos para a edificabilidade da paisagem rural, dos núcleos urbanos e da realidade edificatória dispersa;
- 9.** Reclassificação e requalificação do solo, adaptando-se a visão estratégica à realidade atual e à capacidade de carga dos solos e à dinâmica funcional dos lugares;
- 10.** Definição de novas estratégias de planeamento urbano sustentado para os aglomerados urbanos, valorizando os centros cívicos das freguesias, bem como procurando enriquecer e estabilizar o tecido urbano. O PDM deverá ser concebido para sustentar desenvolvimentos em Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, para o desenvolvimento do desenho e composição urbana;
- 11.** Enquadramento dos novos fluxos socio-económicos, surgidos em consequência das novas redes de infraestruturas, equipamentos e locais de maior potencial turístico e de lazer;
- 12.** Integração paisagística de infraestruturas com vista à diminuição do impacto negativo na paisagem das novas vias, as obras de contenção de terras ou de regularização de linhas de água;
- 13.** Reponderação estratégica de localização e enquadramento de atividades empresariais;
- 14.** Estabelecimento de critérios de integração paisagística de edifícios associados a Indústria extrativa e transformadora e equipamentos de utilização coletiva que ocupam grandes superfícies, localizando-se muitas vezes em áreas de interesse turístico ou na proximidade de núcleos urbanos;

- 15.** Evitar a proliferação de focos de dissonância paisagística, tendo em conta as diretrizes definidas pelo Plano Regional da Política de Ambiente;
- 16.** Promoção de índices crescentes de permeabilidade e estabelecimento de critérios de integração paisagística de estufas;
- 17.** Desenvolver o conceito de Turismo em Espaço Rural;
- 18.** Requalificação das zonas urbanas históricas, e o património edificado;
- 19.** Reforço da requalificação e valorização do património cultural edificado e não-edificado e ambiental;
- 20.** Dignificar o mundo rural, com a promoção das práticas culturais e de investimento integrado em turismo em espaço rural com estratégias diferenciadoras de captação de investimento e fixação de população, no sentido de reverter dinâmicas de abandono e desertificação.

A revisão do PDMRB deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a médio/longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional.

3.3. Questões Estratégicas e Fatores Ambientais

As Questões Estratégicas (QE) surgem enquadradas pelos objetivos que decorrem da aplicação do regime legal em vigor para os Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente os Planos Diretores Municipais.

Tendo por base os objetivos gerais e específicos da revisão do PDM da Ribeira Brava, foi identificado um conjunto de Questões Estratégicas (QE) estruturantes às quais a revisão do PDMRB tem que dar resposta:

QE 1 - Adequação ao quadro de desenvolvimento local do estabelecido nos IGT de âmbito nacional e regional.

QE 2 - Definição das principais regras a que devem obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na área de intervenção.

QE 3 - Valorização do mundo rural:

QE 3.1 - Fomento das atividades agrícolas.

QE 3.2 - Assumir e defender a paisagem humanizada, como fator capital de manutenção e valorização do produto turístico.

QE 3.3 - Optimização das infraestruturas e contenção da edificação dispersa.

QE 4 - Proteção e aproveitamento racional dos valores e recursos naturais:

QE 4.1 - Delimitação da estrutura ecológica municipal, com vista à salvaguarda e equilíbrio dos ecossistemas.

QE 4.2 - Promoção turística sustentada dos espaços naturais, de acordo com o seu potencial turístico e capacidade de carga.

QE 4.3 - Promoção dos recursos turísticos de mar e montanha.

QE 4.4 - Promoção do uso racionalizado da água e da utilização de fontes energéticas renováveis.

QE 5 - Valorização do património e qualificação urbana:

- QE 5.1** - Valorização e qualificação dos espaços públicos nos aglomerados urbanos.
- QE 5.2** - Delimitação de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão com vista à salvaguarda e valorização de centros históricos/núcleos originais.
- QE 5.3** - Inventariação do património edificado.
- QE 6** - Promoção da identidade e da coesão territorial:
- QE 6.1** - Criar diferenciação pela qualidade, no âmbito da vocação turística.
- QE 6.2** - Consolidação de uma rede urbana equilibrada e sustentada, solidária e consistente.
- QE 6.3** - Criar uma estratégia de captação de investimento, de fixação de casais jovens e de quadros.
- QE 6.4** - Propiciar condições de equidade económica, social e territorial no acesso aos bens, serviços e equipamentos.
- QE 7** - Apostar numa política de prevenção e defesa face aos Riscos naturais e tecnológicos no município.

Os Fatores Ambientais (FA) definem o âmbito ambiental relevante dado o alcance e a escala do plano ou programa em avaliação. Os FA considerados na presente análise são os legalmente definidos no DL n.º 232/2007, de 15 de Junho, na sua atual redação, alínea e), n.º 1, artigo 6.º, no que respeita à *“biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e inter-relação entre todos estes fatores”*.



Fatores Críticos para a Decisão

4. IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

A identificação dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) resultou de uma análise integrada do Quadro Referência Estratégico, das Questões Estratégicas, dos Fatores Ambientais e das especificidades do concelho da Ribeira Brava.

Os FCD refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos fatores fundamentais a serem considerados no processo de decisão, na conceção das opções estratégicas da revisão do PDMRB e das ações que as implementam. O Quadro 1 apresenta os FCD identificados e respetiva descrição sumária.

Quadro 1 - FCD identificados e sua descrição.

Proposta de FCD	Descrição Sumária
<p>Desenvolvimento Humano e Competitividade</p>	<p>Este fator destina-se a avaliar o contributo das opções socioeconómicas da revisão do PDMRB para a valorização do potencial humano e a qualidade de vida das populações, quer em termos de rendimento disponível e emprego, quer em termos do aumento das suas qualificações, mas também como forma de prevenção do risco relativamente às condições sociais das populações residentes.</p> <p>Destina-se, igualmente, a avaliar o contributo da revisão do PDMRB: para a diversificação do tecido produtivo e, consequentemente a atratividade do concelho; para o aumento do emprego e; para a promoção de uma política integrada de planeamento, uso e gestão do solo.</p>
<p>Riscos Naturais e Tecnológicos</p>	<p>Dadas as características do concelho da Ribeira Brava, com este FCD pretende-se avaliar os riscos associados a movimentos de massa em vertentes, a ocorrências de cheias e inundações, incêndios florestais e ainda outros resultantes das alterações climáticas, assim como outros riscos que não estejam associados a fenómenos naturais (riscos tecnológicos e mistos).</p> <p>Por outro lado, pretende-se com este FCD avaliar o contributo da revisão do PDMRB para o fomento da utilização das energias renováveis, a implementação de uma estratégia de eficiência energética para o concelho e assegurar que sejam tomadas medidas no sentido de mitigar os riscos.</p>
<p>Potencialidades e Fragilidades Territoriais</p>	<p>Pretende-se com a definição deste FCD avaliar o contributo da revisão do PDM para a dinâmica do território, a influência das ações preconizadas nesta revisão em algumas das componentes chave do ordenamento e gestão do território e as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da revisão do PDMRB na melhoria da qualidade de vida urbana.</p> <p>A biodiversidade e a paisagem possuem uma grande relevância no território em questão, dada a existência de importantes valores naturais e paisagísticos. Sendo por outro lado, avaliado o contributo da revisão do PDMRB para a preservação, conservação e valorização dos ecossistemas e do património natural e paisagístico existente no município da Ribeira Brava.</p>
<p>Qualidade Ambiental</p>	<p>Pretende-se com este FCD avaliar, por um lado, as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da revisão do PDMRB na qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído; e no abastecimento de água, no tratamento das águas residuais e na recolha e gestão dos resíduos.</p>

4.1. Objetivos de Sustentabilidade e Indicadores para cada Fator Crítico para a Decisão

Para cada FCD foram definidos objetivos de sustentabilidade e indicadores respetivos, que pretendem conferir uma dimensão analítica aos FCD. Os objetivos e indicadores estabelecem o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada. O Quadro 2 apresenta o conjunto de objetivos de sustentabilidade e indicadores identificados por FCD. Refira-se que alguns dos indicadores apresentados são diferentes daqueles que foram estabelecidos no Relatório de Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental e Análise dos Fatores Críticos. Este facto resulta de uma análise mais profunda dos FCD no presente Relatório Ambiental, sendo que foi indicado no anterior relatório que os indicadores estabelecidos eram preliminares.

Quadro 2- Objetivos de sustentabilidade e Indicadores por FCD.

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento Humano e Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar o nível de vida 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de Desenvolvimento Humano Índice de Desenvolvimento Social Índice de Poder de Compra Concelhio
	<ul style="list-style-type: none"> Inverter a tendência da taxa de envelhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da população por faixa etária
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a coesão económica e social Aumentar o rendimento disponível 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento público e privado (total e sectorial) VBP – Valor Bruto de Produção VAB – Valor Acrescentado Bruto
	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a promoção do potencial humano e empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> N.º médio de pessoas ao serviço por estabelecimento Percentagem de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a inovação e o empreendedorismo Diversificar o tecido produtivo 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novas empresas criadas N.º de atividades económicas emergentes N.º de iniciativas realizadas com o intuito de promover a inovação e o empreendedorismo
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o emprego 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da taxa de desemprego N.º de iniciativas realizadas com o intuito de combater o desemprego
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar os cuidados de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de Farmácias existentes no concelho N.º de Centros de Saúde em funcionamento no concelho N.º de clínicas em funcionamento no concelho N.º de médicos por habitante N.º de enfermeiros por habitante

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento Humano e Competitividade (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a melhoria dos acessos viários e a mobilidade da população 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novos acessos construídos N.º de Iniciativas realizadas para resolução do problema de estacionamento existente Repartição modal das deslocações no concelho
	<ul style="list-style-type: none"> Potenciar o desenvolvimento turístico do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de infraestruturas de apoio e acolhimento aos visitantes N.º de empreendimentos turísticos por tipologia Capacidade total dos empreendimentos turísticos por tipologia
	<ul style="list-style-type: none"> Conservar o património cultural, geológico e natural Assegurar a compatibilização dos usos do solo com o património cultural, geológico e natural Conservar a paisagem e assegurar a compatibilização com os usos do solo Reforçar a identidade cultural Promover a paisagem, o património cultural, geológico e natural enquanto recursos/produtos turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de elementos patrimoniais de interesse (geológico, cultural/edificado, natural e paisagístico) classificados e em vias de classificação
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a proteção das zonas costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de projetos desenvolvidos para a proteção das zonas costeiras N.º de ocorrências de galgamentos costeiros
	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o nível da água do mar, a temperatura média e da pluviosidade média 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de variação da temperatura média Taxa de variação da pluviosidade média Taxa de variação do nível do mar
	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar os impactos dos movimentos de massa em vertentes Assegurar a monitorização dos locais de maior risco de movimentos de massa em vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ocorrência de situações de movimento de massa em vertentes N.º de monitorizações realizadas nos locais de maior risco

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
<p>Riscos Naturais e Tecnológicos (cont.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar os impactes das cheias e inundações • Assegurar a implantação de sistemas de alerta contra cheias e inundações, nos locais onde estas poderão ocorrer garantindo a salvaguarda da população 	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de ocorrência de situações de cheias e inundações • N.º de sistemas de alerta contra cheias e inundações implementados
	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a proteção das florestas contra incêndios, nomeadamente através da sua limpeza, correto ordenamento e garantia de existência de meios de combate a incêndios • Assegurar que existem zonas de “proteção” entre as florestas e as zonas habitacionais • Assegurar a proteção das áreas urbanas contra incêndios, nomeadamente através da utilização de materiais de construção com uma resistência ao fogo superior (materiais para combustíveis e tintas com maior índice de resistência ao fogo) e garantia da existência de meios de combate a incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de incêndios florestais • N.º de incêndios em áreas urbanas • Variação da área florestal ocupada por pinheiro-bravo e eucalipto • Variação da área agrícola abandonada
	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a evolução da intensidade energética por sector de consumo e por habitante • Assegurar uma boa gestão do sector energético ao nível da eficiência energética • Avaliação das emissões de GEE ao nível municipal, nomeadamente dióxido de carbono equivalente ao nível dos principais sectores poluentes • Assegurar o desenvolvimento de estratégias de redução das emissões de GEE • Assegurar a utilização de fontes de energia renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia elétrica por sector de consumo e por habitante • N.º de programas desenvolvidos ao nível da eficiência energética • N.º de certificações energéticas e da qualidade do ar nos edifícios existentes no concelho • Emissões de CO₂ por sector de atividade emissora • N.º de estratégias desenvolvidas para redução das emissões de GEE • Percentagem de energia fornecida com origem em fontes de energia renováveis

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Potencialidades e Fragilidades Territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política integrada e coordenada de ordenamento, gestão e planeamento do território, que vise assegurar quer a sua proteção, valorização e qualificação ambiental e paisagística, quer o seu desenvolvimento económico e equidade social Assegurar a compatibilização com os planos de ordenamento do território hierarquicamente superiores Assegurar a compatibilização com o ordenamento e as opções de gestão do Parque Natural da Madeira e os sítios integrados na Rede Natura Assegurar a conservação dos ecossistemas e do património natural Assegurar os corredores ecológicos Efetivar medidas de gestão florestal Preservação e valorização do património natural Reforço da identidade do território Proteger o carácter e a diversidade da paisagem Promover a agricultura sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Área afeta à Reserva Ecológica Nacional Área afeta à Reserva Agrícola Nacional Variação da área municipal afeta ao Parque Natural da Madeira Variação da área municipal afeta aos sítios da Rede Natura 2000 Área ocupada por Laurissilva Área afeta à Estrutura Ecológica Municipal Área municipal afeta ao Parque Natural da Madeira e às suas diferentes categorias Área municipal afeta à Rede Natura 2000 N.º de ações municipais enquadráveis nos planos de ordenamento e gestão da Rede Natura 2000 presente no concelho N.º de sítios classificados ou em vias de classificação N.º de unidades de paisagem com excecional valor paisagístico N.º de unidades de paisagem com excecional valor paisagístico perturbadas Área agrícola reconvertida
	<ul style="list-style-type: none"> Dinâmica de urbanização e edificação Dispersão urbana e uso do solo Assimetrias territoriais e sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Área afeta a solo urbano Variação da densidade populacional no solo urbano N.º de licenças emitidas para nova construção
	<ul style="list-style-type: none"> Localização das áreas industriais em locais adequados 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de espaços empresariais/industriais N.º de espaços industriais adjacentes a espaços residenciais

	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Qualidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Proteção dos recursos hídricos subterrâneos Proteção dos leitos dos cursos de água e respetivas margens Identificar os locais onde os recursos hídricos superficiais e subterrâneos têm maiores pressões 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade da água superficial e subterrânea N.º de situações detetadas em que o leito dos cursos de água se encontra obstruído N.º de fontes fixas de poluição existentes na envolvente de cursos de água Número de incumprimentos existentes ao nível da qualidade da água de abastecimento em relação à legislação em vigor
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efetiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por sistema de abastecimento de água no concelho Percentagem de população servida por sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho Quantidade de água tratada em ETAR que é reutilizada
	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso eficiente da água 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de água consumida por habitante no concelho Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água
	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por um sistema de recolha seletiva de RSU no concelho Quantidade de RSU, plástico, papel e vidro produzidos por habitante no concelho
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir uma boa qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de qualidade do ar N.º de dias em que se verificam excedências às normas da qualidade do ar
	<ul style="list-style-type: none"> Redução do ruído ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população exposta a níveis sonoros superiores aos permitidos na legislação



Situação Atual, Tendências de Evolução e Efeitos

5. SITUAÇÃO ATUAL, TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO E EFEITOS

Foi efetuado um breve diagnóstico da situação atual para os FCD identificados anteriormente, de forma a contribuir para identificar e avaliar os efeitos significativos associados à proposta de revisão do PDMRB, tendo sido igualmente descrita a sua evolução expectável com a implementação da revisão do PDMRB e sem a implementação da revisão do PDM, ou seja, a análise de tendências em ambos os cenários.

Posteriormente são identificados e descritos os principais efeitos que advêm da implementação da revisão do PDMRB. De forma a sistematizar a informação relativa aos efeitos, é apresentado um Quadro-resumo na sequência da descrição dos mesmos feita para cada FCD. No interior do Quadro colocam-se os efeitos que resultam do cruzamento de pontos fortes ou fracos com oportunidades ou ameaças. Os pontos fortes e pontos fracos representam o que o concelho e, em particular, o PDM em vigor possuem de vantagens/bom e desvantagens/mau, respetivamente. As oportunidades e ameaças representam o que a revisão do PDM vem trazer que seja considerado uma vantagem/bom e desvantagem/mau para os pontos fortes/fracos. O desenvolvimento deste Quadro foi feito com base na consideração de que se, por exemplo, existe uma oportunidade identificada na revisão do PDM que determina um efeito potencialmente positivo, este efeito vai ter significâncias diferentes consoante o PDM em vigor integre esse aspeto ou não, ou seja, reflita um ponto forte ou ponto fraco.

5.1. Desenvolvimento Humano e Competitividade

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento dos espaços disponíveis não habitados para instalação de atividades económicas e mobilização de meios associados ao bem-estar da população • Aumento do nível de vida das populações (poder de compra, emprego e rendimentos) • Aumento da reabilitação de edifícios, associado à valorização e requalificação do património histórico e cultural • Tendência para o Turismo de natureza e Ecoturismo • Desenvolvimento da promoção dos valores do Município • Criação (POT) da promoção de Ribeira Brava “Na Rota do Açúcar”, juntamente com Ponta do Sol e Calheta, desenvolvendo rotas e planos de animação que fortaleçam a ligação ao mar e a economia do açúcar nestas terras, assim como a implementação de núcleos museológicos que favorecem a exploração da oferta temática da Ilha da Madeira • Atração de investimento e novas atividades económicas • Desenvolvimento de infraestruturas • Capacidade da atração de população para o município de forma a evitar a migração • Criação de novos equipamentos de Ação Social de apoio a idosos 	<ul style="list-style-type: none"> • Sobreutilização de levadas, percursos e visitas a locais protegidos • Descaraterização do tecido urbano e do edificado

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do Centro de Convívio da Ribeira de Tabua • Alteração do tecido produtivo • Qualificação dos recursos humanos • Valorização do espaço rural • Aproveitamento de investimentos públicos e/ou privados • Centro desportivo da Madeira, que permite dinamizar as atividades desportivas • Praias e porto de abrigo assim como todo o património edificado e natural, que têm elevado potencial turístico 	
Pontos fracos	-	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população • Aumento do índice de dependência de idosos • Baixa capacidade de acolhimento de equipamentos de Segurança Social e Solidariedade ao nível de valências para Idosos • Baixos níveis de recursos humanos na área da saúde • Inexistência de Central de camionagem e de táxis adaptados • Território dominado por vales profundos e desníveis abruptos que condicionam a urbanização • Vulnerabilidade ao Risco Natural

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS

5.2. Riscos Naturais e Tecnológicos

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Carta de Localização do Risco - Movimentos de Massa em Vertentes • Elaboração de Carta de Localização do Risco - Cheias e Inundações • Elaboração da Carta de Condicionantes – Incêndios Florestais • Melhoria da capacidade de resposta a situações de movimentos de massa em vertentes • Melhoria da capacidade de resposta a situações de cheias e inundações • Melhoria da capacidade de resposta a situações de incêndio florestal • Aumento do aproveitamento do potencial para a produção de energia através de fontes de energia renováveis • Contributo para o cumprimento de metas regionais, nacionais e internacionais • Aumento da receita do município • Aumento da eficiência energética do concelho • Diminuição da elevada dependência dos combustíveis fósseis • Redução das emissões de GEE 	-

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> A elevada dependência dos combustíveis fósseis por parte do concelho da Ribeira Brava a ser colmatada pelo aproveitamento do potencial para a produção de energia através de fontes de energia renováveis, nomeadamente de origem hídrica e eólica 	<ul style="list-style-type: none"> Muita dependência de produtos energéticos importados, ou de condições hidrológicas Proliferação de espécies florestais invasoras que aumentam o risco de incêndio Continuação da presença humana em zonas de risco de cheias e inundações

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS

5.3. Potencialidades e Fragilidades Territoriais

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Frente de Mar de grande potencialidade • Áreas protegidas: Laurissilva, Maciço Montanhoso Central e Parque Natural da Madeira • Definição e delimitação da EEM • Definição e delimitação da RAN • Definição e delimitação da REN • Tendência construtiva que incide na consolidação de áreas edificadas e não na sua dispersão • Criação das categorias de “Espaços Afetos a Atividades Industriais” e “Espaços de Equipamentos e Outras Infraestruturas” em Solo Rural • Capacidade de atração de população com a redefinição dos perímetros urbanos 	-
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas delimitadas como zonas de risco face a movimentos de massa em vertentes, cheias e inundações, o que condiciona a edificabilidade nestas áreas 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da proliferação de espécies vegetais invasoras • Perigo potencial de incêndios florestais • Aumento substancial de alojamentos vagos e de carácter sazonal • Desenvolvimento Urbano mais focalizado na zona Este do concelho

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS

5.4. Qualidade Ambiental

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Existência de mapas de ruído Criação de novas vias nos lugares de São João/Barreiro, Pedra/Porta Nova e Massapez (Tabua). Estas vias, além de garantirem um mais fácil acesso entre vários pontos do mesmo lugar, permitem sobretudo um aumento da edificação, garantindo que esta se desenvolve ao longo de uma rede viária infraestruturada e articulada com as vias de hierarquia superior Criação de uma nova via, a partir do nó do Campanário, se revela uma mais-valia, não só pelo mais imediato e rápido acesso, mas por apresentar declives inferiores. A importância desta via vai além da perspetiva empresarial, uma vez que vem permitir um mais rápido e direto acesso de vários lugares à VR e assim ao Funchal A reconstrução pós aluvião permite a regularização e modernização de infraestruturas, tornando o abastecimento e a drenagem mais fiáveis e com menos perdas 	-
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos fluxos de resíduos provenientes das atividades industriais e de resíduos de Construção e Demolição 	<ul style="list-style-type: none"> Valor elevado de perdas em rede de abastecimento e focos de poluição e contaminação de águas Dispersão populacional e orografia acentuada que propiciam baixam cobertura de rede de drenagem e condiciona a sua extensão

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fracos (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> • Degradação do ambiente sonoro junto às rodovias e junto aos Espaços afetos a Atividades Industriais • Degradação da qualidade do ar junto às rodovias e junto aos Espaços afetos a Atividades Industriais • As infraestruturas existentes, principalmente os sistemas de recolha e tratamento de águas residuais (atualmente já insuficientes), poderão não ser capazes de dar resposta às novas solicitações e terem que ser reestruturadas • Sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos existentes nas áreas onde ocorra a criação e expansão de perímetros urbanos e nos junto aos Espaços afetos a Atividades Industriais • Dispersão de atividades por todo o concelho • Elevado número de vias internas desenvolvidas em locais com características pouco acessíveis • Inexistência de uma política de estacionamento que se estenda a todo o Município e cubra os problemas da população

NOTA: OS PONTOS NO QUADRO SÃO OS EFEITOS SIGNIFICATIVOS



Medidas de Gestão e Controlo

6. MEDIDAS DE GESTÃO E CONTROLO

6.1. Medidas de Gestão

As medidas de gestão apresentadas no Quadros seguintes, para cada FCD, têm como objetivo prevenir, reduzir, ou, sempre que possível, eliminar os efeitos negativos resultantes da implementação da revisão do PDMRB, bem como potenciar os efeitos positivos expectáveis.

6.1.1. Desenvolvimento Humano e Competitividade

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento dos espaços disponíveis não habitados para instalação de atividades económicas e mobilização de meios associados ao bem-estar da população 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o aproveitamento dos espaços disponíveis não habitados para instalação de atividades económicas e mobilização de meios associados ao bem-estar da população, em consonância com o crescimento económico da RAM Assegurar a melhoria da qualidade de vida das populações, nomeadamente ao nível do poder de compra concelhio, do emprego e do rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Sobreutilização de levadas, percursos e visitas a locais protegidos 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que não ocorrem situações de sobreutilização de levadas, percursos e locais protegidos
	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do nível de vida das populações (poder de compra, emprego e rendimentos) 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução do poder de compra Avaliar a evolução da taxa de emprego Avaliar a evolução do rendimento disponível 	<ul style="list-style-type: none"> Descaraterização do tecido urbano e do edificado 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a implementação de um conjunto de medidas que visem garantir que não ocorrem situações de descaraterização

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da reabilitação de edifícios, associado à valorização e requalificação do património histórico e cultural 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a reabilitação de edifícios, como medida de valorização e requalificação do património histórico e natural Recuperar o parque habitacional do concelho Revitalizar os espaços públicos 		
	<ul style="list-style-type: none"> Tendência para o Turismo de natureza e Ecoturismo Desenvolvimento da promoção dos valores do Município Criação (POT) da promoção de Ribeira Brava “Na Rota do Açúcar”, juntamente com Ponta do Sol e Calheta Praias e porto de abrigo assim como todo o património edificado e natural, que têm elevado potencial turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a aposta municipal no Turismo de natureza e Ecoturismo Assegurar a promoção dos valores patrimoniais e naturais do Município Desenvolver rotas e planos de animação que fortaleçam a ligação ao mar e a economia do açúcar no concelho, assim como a dinamização dos museus 		
	<ul style="list-style-type: none"> Atração de investimento e novas atividades económicas 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de sistemas de incentivos não financeiros de atração de empresas, acompanhado de um Plano de Marketing Público 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de quadros de apoio à melhoria das infraestruturas 		
	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade da atração de população para o município de forma a evitar a migração 	<ul style="list-style-type: none"> Lançamento de atividades de lazer e de tempos livres, abrangendo todos os estratos etários 		
	<ul style="list-style-type: none"> Criação de novos equipamentos de Ação Social de apoio a idosos Conclusão do Centro de Convívio da Ribeira de Tabua 	<ul style="list-style-type: none"> Efetuar estudo para determinar as necessidades futuras Face aos resultados do estudo anterior, propor a criação de novos equipamentos deste tipo 		
	<ul style="list-style-type: none"> Alteração do tecido produtivo 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a formação profissional nas áreas de alta ou média tecnologia, como forma de atrair empresas 		
	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação dos recursos humanos Valorização do espaço rural 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir a taxa de analfabetismo Aperfeiçoamento dos programas de formação profissional Promover campanhas relacionadas com as escolas para atrair os jovens 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento de investimentos públicos e/ou privados 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de sistemas de incentivos que potenciem o investimento público e/ou privado 		
	<ul style="list-style-type: none"> Centro desportivo da Madeira, que permite dinamizar as atividades desportivas 	<ul style="list-style-type: none"> Promover acontecimentos desportivos e atividades lúdicas 		
Pontos fracos	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Envelhecimento da população 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o grau de envelhecimento da população
	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do índice de dependência de idosos 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução do índice de dependência de idosos
	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Baixa capacidade de acolhimento de equipamentos de Segurança Social e Solidariedade ao nível de valências para Idosos 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de ações que visem a melhoria da capacidade de acolhimento de equipamentos de segurança social e solidariedade ao nível de valências para idosos
	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Baixos níveis de recursos humanos na área da saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de medidas que visem melhorar os níveis de recursos humanos na saúde
-	-	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de Central de camionagem e de táxis adaptados 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de estudo para avaliar qual a melhor solução a adotar ao nível da central de camionagem e táxis 	

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fracos (cont.)	-	-	<ul style="list-style-type: none"> • Território dominado por vales profundos e desníveis abruptos que condicionam a urbanização • Vulnerabilidade ao Risco Natural 	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciar a edificação nos perímetros urbanos • Assegurar que a edificação não ocorra nas zonas de risco

6.1.2. Riscos Naturais e Tecnológicos

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Carta de Localização do Risco - Movimentos de Massa em Vertentes • Melhoria da capacidade de resposta a situações de movimentos de massa em vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a aplicação da Carta de Localização do Risco - Movimentos de Massa em Vertentes e das condicionantes previstas no Regulamento do PDMRB 		
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Carta de Localização do Risco - Cheias e Inundações • Melhoria da capacidade de resposta a situações de cheias e inundações 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a aplicação da Carta de Localização do Risco - Cheias e Inundações e das condicionantes previstas no Regulamento do PDMRB 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da Carta de Condicionantes – Incêndios Florestais • Melhoria da capacidade de resposta a situações de incêndio florestal 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a aplicação da Carta de Condicionantes – Incêndios Florestais e das condicionantes previstas no Regulamento do PDMRB 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do aproveitamento do potencial para a produção de energia através de fontes de energia renováveis Contributo para o cumprimento de metas regionais, nacionais e internacionais Aumento da receita do município Aumento da eficiência energética do concelho Diminuição da elevada dependência dos combustíveis fósseis Redução das emissões de GEE 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de uma Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética Promoção, em sede de Regulamento do PDM, de medidas que promovam a utilização de fontes de energia renováveis 	-	-
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> A elevada dependência dos combustíveis fósseis por parte do concelho da Ribeira Brava a ser colmatada pelo aproveitamento do potencial para a produção de energia através de fontes de energia renováveis, nomeadamente de origem hídrica e eólica 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de uma Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética Promoção, em sede de Regulamento do PDM, de medidas que promovam a utilização de fontes de energia renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> Muita dependência de produtos energéticos importados, ou de condições hidrológicas 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção, em sede de Regulamento do PDM, de medidas que promovam a utilização de fontes de energia renováveis

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fracos (cont.)			<ul style="list-style-type: none"> Proliferação de espécies florestais invasoras que aumentam o risco de incêndio 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de iniciativas de combate às espécies invasoras Promoção da reflorestação com espécies autóctones
			<ul style="list-style-type: none"> Continuação da presença humana em zonas de risco de cheias e inundações 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação e promoção do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Ribeira Brava (PMEPC) Assegurar a implementação das medidas previstas no PMEPC da Ribeira Brava

6.1.3. Potencialidades e Fragilidades Territoriais

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Frente de Mar de grande potencialidade 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a aposta municipal no Turismo de natureza e Ecoturismo Assegurar a promoção dos valores patrimoniais e naturais do Município 		
	<ul style="list-style-type: none"> Áreas protegidas: Laurissilva, Maciço Montanhoso Central e Parque Natural da Madeira 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção das áreas protegidas: Laurissilva, Maciço Montanhoso Central e Parque Natural da Madeira 		
	<ul style="list-style-type: none"> Definição e delimitação da EEM Definição e delimitação da RAN Definição e delimitação da REN 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a aplicação da EEM, REN e RAN e das condicionantes previstas no Regulamento do PDMRB 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Tendência construtiva que incide na consolidação de áreas edificadas e não na sua dispersão Capacidade de atração de população com a redefinição dos perímetros urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> Potenciar a edificação nos perímetros urbanos 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Criação das categorias de “Espaços Afetos a Atividades Industriais” e “Espaços de Equipamentos e Outras Infraestruturas” em Solo Rural 	<ul style="list-style-type: none"> Potenciar a fixação de empresas e infraestruturas nestas categorias de Solo Rural 	-	-
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> Áreas delimitadas como zonas de risco face a movimentos de massa em vertentes, cheias e inundações, o que condiciona a edificabilidade nestas áreas 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a ausência de edificações nas áreas com elevado risco face a movimentos de massa em vertentes e cheias e inundações Divulgação e promoção do PMEPC da Ribeira Brava Assegurar a implementação das medidas previstas no PMEPC da Ribeira Brava 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da proliferação de espécies vegetais invasoras Perigo potencial de incêndios florestais Aumento substancial de alojamentos vagos e de carácter sazonal Desenvolvimento Urbano mais focalizado na zona Este do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de iniciativas de combate às espécies invasoras Promoção da reflorestação com espécies autóctones Divulgação e promoção do PMEPC da Ribeira Brava Assegurar a implementação das medidas previstas no PMEPC da Ribeira Brava Promoção do turismo durante todo o ano, em especial através do Turismo de Natureza e do Ecoturismo Assegurar a implementação de um conjunto de medidas que visem garantir que não ocorrem situações de descaraterização do tecido urbano

6.1.4. Qualidade Ambiental

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Existência de mapas de ruído 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a aplicação dos mapas de ruído e das condicionantes previstas no Regulamento do PDMRB 		
	<ul style="list-style-type: none"> Criação de novas vias nos lugares de São João/Barreiro, Pedra/Porta Nova e Massapez (Tabua) 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a criação destas novas vias infraestruturadas, para que se articulem com as vias de hierarquia superior; Assegurar que a edificação ocorre ao longo das mesmas, controlando a edificação dispersa 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma nova via, a partir do nó do Campanário 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a criação desta nova via Promover o desenvolvimento do lugar do Campanário Promover o desenvolvimento empresarial do concelho, que com esta nova via permite um mais rápido acesso à VR e ao Funchal 		

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> A reconstrução pós aluvião permite a regularização e modernização de infraestruturas, tornando o abastecimento e a drenagem mais fiáveis e com menos perdas 	<ul style="list-style-type: none"> Propor e implementar um conjunto de medidas que visem a melhoria da cobertura de rede de drenagem 	-	-
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos fluxos de resíduos provenientes das atividades industriais e de resíduos de construção e demolição 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar os fluxos de resíduos provenientes das atividades industriais e de resíduos de construção e demolição 	<ul style="list-style-type: none"> Valor elevado de perdas em rede de abastecimento e focos de poluição e contaminação de águas Dispersão populacional e orografia acentuada que propiciam baixam cobertura de rede de drenagem e condiciona a sua extensão 	<ul style="list-style-type: none"> Propor e implementar um conjunto de medidas que visem reduzir as perdas e focos de poluição e contaminação de águas
			<ul style="list-style-type: none"> Degradação do ambiente sonoro junto às rodovias e junto aos Espaços afetos a Atividades Industriais Degradação da qualidade do ar junto às rodovias e junto aos Espaços afetos a Atividades Industriais 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que o Regulamento Geral do Ruído é cumprido Propor um conjunto de medidas com o intuito de reduzir as incompatibilidades existentes ao nível do ruído Assegurar o cumprimento da legislação em vigor referente à qualidade do ar

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fracos (cont.)			<ul style="list-style-type: none"> As infraestruturas existentes, principalmente os sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, poderão não ser capazes de dar resposta às novas solicitações e terem que ser reestruturadas Sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos existentes nas áreas onde ocorra a criação e expansão de perímetros urbanos e nos junto aos Espaços afetos a Atividades Industriais Dispersão de atividades por todo o concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que a atual rede de recolha e tratamento de águas residuais tem capacidade para dar resposta às novas necessidades e propor medidas para a sua adaptação
			<ul style="list-style-type: none"> Elevado número de vias internas desenvolvidas em locais com características pouco acessíveis 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de estudo para a identificação de um conjunto de medidas a implementar com o intuito de reduzir/melhorar o número de vias internas desenvolvidas em locais com características pouco acessíveis

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos fracos (cont.)			<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de uma política de estacionamento que se estenda a todo o Município e cubra os problemas da população 	<ul style="list-style-type: none"> Criação e implementação de uma política de estacionamento no município da Ribeira Brava

6.2. Medidas de Controlo/Programa de seguimento

Para que a revisão do PDMRB apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local e regional, foi desenvolvido um conjunto de medidas de controlo e que fazem parte do programa de seguimento a implementar. Sendo assim, estas, fazendo parte da monitorização, visam avaliar e controlar os efeitos imprevistos significativos decorrentes da execução da revisão do PDMRB permitindo aplicar medidas de correção adequadas. No Quadro 3 são apresentadas as respetivas medidas.

Quadro 3 - Medidas de controlo/Programa de seguimento a implementar por FCD.

	Objetivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Desenvolvimento Humano e Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar o nível de vida 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a melhoria da qualidade de vida das populações, nomeadamente ao nível do poder de compra concelhio, do emprego e do rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus sub-índices 	A dos próprios indicadores	
			<ul style="list-style-type: none"> Índice de Desenvolvimento Social 		
			<ul style="list-style-type: none"> Índice do Poder de Compra 		
	<ul style="list-style-type: none"> Inverter a tendência da taxa de envelhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a variação da população por faixa etária 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da população por faixa etária 	N.º de habitantes por faixa etária	
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a coesão económica e social Aumentar o rendimento disponível 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da coesão económica e social no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento público e privado (total e sectorial) 	€	
			<ul style="list-style-type: none"> VBP – Valor Bruto de Produção 	A do próprio indicador	
			<ul style="list-style-type: none"> VAB – Valor Acrescentado Bruto 	A do próprio indicador	
	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a promoção do potencial humano e empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o potencial humano e empresarial no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Nº médio de pessoas ao serviço por estabelecimento 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço 	N.º	

	Objetivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Desenvolvimento Humano e Competitividade (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Promover a inovação e o empreendedorismo Diversificar o tecido produtivo 	<ul style="list-style-type: none"> Aferir a evolução do tecido produtivo no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novas empresas criadas 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de atividades económicas emergentes 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de iniciativas realizadas com o intuito de promover a inovação e o empreendedorismo 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o emprego 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a evolução da taxa de emprego do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Variação da taxa de desemprego 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de iniciativas realizadas com o intuito de combater o desemprego 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar os cuidados de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a melhoria dos cuidados de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de farmácias existentes no concelho 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de Centros de Saúde em funcionamento no concelho 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de clínicas em funcionamento no concelho 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de médicos por 1 000 habitantes 	N.º/1 000 hab	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de enfermeiros por 1 000 habitantes 	N.º/1 000 hab	

	Objetivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Desenvolvimento Humano e Competitividade (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a melhoria dos acessos viários e a mobilidade da população 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a melhoria dos acessos viários e a mobilidade da população 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novos acessos construídos 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de iniciativas realizadas para resolução do problema de estacionamento existente 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> Repartição modal das deslocações no concelho 		
	<ul style="list-style-type: none"> Potenciar o desenvolvimento turístico do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Aferir a evolução ocorrida ao nível do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novas infraestruturas de apoio e acolhimento aos visitantes 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de novos empreendimentos turísticos por tipologia 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> Capacidade total dos empreendimentos turísticos por tipologia 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Conservar o património cultural, geológico e natural Assegurar a compatibilização dos usos do solo com o património cultural, geológico e natural 	<ul style="list-style-type: none"> Aferir a conservação do património cultural, geológico e natural 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de elementos patrimoniais de interesse (geológico, cultural/edificado, natural e paisagístico) classificados e em vias de classificação 	N.º	

	Objetivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Desenvolvimento Humano e Competitividade (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Conservar a paisagem e assegurar a compatibilização com os usos do solo Reforçar a identidade cultural Promover a paisagem, o património cultural, geológico e natural enquanto recursos/produtos turísticos 		<ul style="list-style-type: none"> N.º de folhetos interpretativos de divulgação patrimonial 	N.º	
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a proteção das zonas costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de projetos desenvolvidos para a proteção das zonas costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de projetos desenvolvidos para a proteção das zonas costeiras 	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de ocorrências de galgamentos costeiros 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ocorrências de galgamentos costeiros 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o nível da água do mar, a temperatura média e da pluviosidade média 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o nível da água do mar, a temperatura média e da pluviosidade média 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de variação da temperatura média 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Taxa de variação da pluviosidade média 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Taxa de variação do nível do mar 	%	
	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar os impactes dos movimentos de massa em vertentes Assegurar a monitorização dos locais de maior risco de movimentos de massa em vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de movimentos de massa em vertentes Monitorizar os locais de maior risco de movimentos de massa em vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ocorrência de movimentos de massa em vertentes 	N.º	
<ul style="list-style-type: none"> N.º de monitorizações realizadas 			N.º		

	Objetivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Riscos Naturais e Tecnológicos (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar os impactes das cheias e inundações Assegurar a implantação de sistemas de alerta contra cheias e inundações, nos locais onde estas poderão ocorrer garantindo a salvaguarda da população 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de cheias e inundações Avaliar a implantação de sistemas de alerta contra cheias e inundações, nos locais onde estas poderão ocorrer garantindo a salvaguarda da população 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de ocorrência de movimentos de massa em vertentes 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de sistemas de alerta contra cheias e inundações implementados 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a proteção das florestas contra incêndios Assegurar que existem zonas de "proteção" entre as florestas e as zonas habitacionais Assegurar a proteção das áreas urbanas contra incêndios, nomeadamente através da utilização de materiais de construção com uma resistência ao fogo superior (por exemplo, tintas com maior índice de resistência ao fogo) 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a limpeza das florestas Assegurar a aplicação da Carta de Condicionantes – Incêndios Florestais e das condicionantes previstas no Regulamento do PDMRB Assegurar a implementação das medidas previstas no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Ribeira Brava, bem como as condicionantes previstas no PDMRB 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de incêndios florestais 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de incêndios em áreas urbanas 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> Variação da área florestal ocupada por pinheiro-bravo e eucalipto 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Variação da área agrícola abandonada 	%	

	Objetivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Riscos Naturais e Tecnológicos (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da intensidade energética por sector de consumo e por habitante Assegurar uma boa gestão do sector energético ao nível da eficiência energética Avaliação das emissões de GEE ao nível municipal, nomeadamente dióxido de carbono equivalente ao nível dos principais sectores poluentes Assegurar o desenvolvimento de estratégias de redução das emissões de GEE Assegurar a utilização de fontes de energia renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de uma Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética 	<ul style="list-style-type: none"> Consumo de energia elétrica por sector de consumo e por habitante 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de programas desenvolvidos ao nível da eficiência energética 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de certificações energéticas e da qualidade do ar nos edifícios existentes no concelho 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> Emissões de CO₂ por sector de atividade emissora 	ton	
			<ul style="list-style-type: none"> Emissões de CO₂ por unidade de PIB 	ton	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de estratégias desenvolvidas para redução das emissões de GEE 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de energia fornecida com origem em fontes de energia renováveis 	%	

	Objetivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Potencialidades e Fragilidades Territoriais	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política integrada e coordenada de ordenamento, gestão e planeamento do território, que vise assegurar quer a sua proteção, valorização e qualificação ambiental e paisagística, quer o seu desenvolvimento económico e equidade social Assegurar a compatibilização com os planos de ordenamento do território hierarquicamente superiores Assegurar a compatibilização com o ordenamento e as opções de gestão do Parque Natural da Madeira e os sítios integrados na Rede Natura 	<ul style="list-style-type: none"> Aferir a compatibilização com os planos de ordenamento do território hierarquicamente superiores 	Área afeta à Reserva Ecológica Nacional	ha	
			Área afeta à Reserva Agrícola Nacional	ha	
			Variação da área municipal afeta ao Parque Natural da Madeira	%	
			Variação da área municipal afeta aos sítios da Rede Natura 2000	%	
			Área ocupada por Laurissilva	ha	
			Área afeta à Estrutura Ecológica Municipal	ha	
			Área municipal afeta ao Parque Natural da Madeira e às suas diferentes categorias	ha	
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a conservação dos ecossistemas e do património natural Assegurar os corredores ecológicos Efetivar medidas de gestão florestal 	<ul style="list-style-type: none"> Aferir o estado de conservação dos ecossistemas e do património naturais 	Área municipal afeta à Rede Natura 2000	ha	
			N.º de ações municipais enquadráveis nos planos de ordenamento e gestão da Rede Natura 2000 presente no concelho	N.º	

	Objetivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Potencialidades e Fragilidades Territoriais (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do património natural Reforço da identidade do território Proteger o carácter e a diversidade da paisagem Promover a agricultura sustentável 		• N.º de sítios classificados ou em vias de classificação	N.º	
			• N.º de unidades de paisagem com excecional valor paisagística	N.º	
			• N.º de unidades de paisagem com excecional valor paisagístico perturbadas	N.º	
			• Área agrícola reconvertida	ha	
	<ul style="list-style-type: none"> Dinâmica de urbanização e edificação Dispersão urbana e uso do solo Assimetrias territoriais e sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as dinâmicas territoriais e a descaraterização do espaço 	• Área afeta a solo urbano	ha	
			• Variação da densidade populacional no solo urbano	%	
			• N.º de licenças emitidas para nova construção	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Localização das áreas industriais em locais adequados 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que as áreas industriais se encontram em locais adequados 	• N.º de espaços empresariais/ industriais	N.º	
			• N.º de espaços industriais adjacentes a espaços residenciais	N.º	
	Qualidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Proteção dos recursos hídricos subterrâneos Proteção dos leitos dos cursos de água e respetivas margens 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a qualidade da água superficial e subterrânea 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade da água superficial e subterrânea 	As unidades dos parâmetros a monitorizar

	Objetivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada	
Qualidade Ambiental (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os locais onde os recursos hídricos superficiais e subterrâneos têm maiores pressões 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a proteção dos leitos dos cursos de água e respetivas margens 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de situações detetadas em que o leito dos cursos de água se encontra obstruído 	N.º		
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de fontes fixas de poluição existentes na envolvente de cursos de água 	N.º		
		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a qualidade da água de abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Número de incumprimentos existentes ao nível da qualidade da água de abastecimento em relação à legislação em vigor 	N.º		
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efetiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais 		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a percentagem de população servida por sistema de abastecimento de água no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por sistema de abastecimento de água no concelho 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a percentagem de população servida por sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a quantidade de água tratada em ETAR que é reutilizada 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de água tratada em ETAR que é reutilizada 	m ³	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso eficiente da água 		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a quantidade de água consumida por habitante 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de água consumida por habitante no concelho 	N.º	

	Objetivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Qualidade Ambiental (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a percentagem de perdas na rede de abastecimento de água 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água 	%	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a percentagem de população servida por um sistema de recolha seletiva de RSU no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por um sistema de recolha seletiva de RSU no concelho 	%	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a quantidade de RSU, plástico, papel e vidro produzidos por habitante no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de RSU, plástico, papel e vidro produzidos por habitante no concelho 	ton	
	<ul style="list-style-type: none"> Garantir uma boa qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o cumprimento da legislação em vigor referente à qualidade do ar 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de qualidade do ar 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de dias em que se verificam excedências às normas da qualidade do ar 	N.º	
<ul style="list-style-type: none"> Redução do ruído ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído Avaliar o ruído ambiente nos locais onde existem e possam existir incompatibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população exposta a níveis sonoros superiores aos permitidos na legislação 	%		



RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO
AMBIENTAL DA REVISÃO DO PDM
DA RIBEIRA BRAVA

	Muito negativa
	Negativa
	Sem alterações significativas
	Positiva
	Muito Positiva



Conclusões e Recomendações

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A implementação da revisão do PDM da Ribeira Brava, tal como se encontra proposto, acarreta efeitos essencialmente positivos ao nível do Fator Crítico para a Decisão Desenvolvimento Humano e Competitividade. Os Fatores Críticos para a Decisão Riscos Naturais e Tecnológicos, Potencialidades e Fragilidades Territoriais e Qualidade Ambiental apresentam efeitos negativos e positivos.

No que respeita ao **Desenvolvimento Humano e Competitividade**, os efeitos positivos relacionam-se com a melhoria da qualidade de vida das populações, em particular ao nível do poder de compra concelhio e do emprego, decorrente do desenvolvimento de atividades económicas, realidade no concelho e na totalidade da RAM. Estes e outros aspetos, como sejam a qualificação do parque habitacional e de espaços públicos, infraestruturas, entre outros, contribuem para a fixação das populações no concelho de Ribeira Brava, em particular dos jovens.

As dinâmicas socioeconómicas tiram partido dos aspetos referidos, uma vez que essas condições determinam uma maior atratividade do concelho para novos negócios e empresas, particularmente, no momento atual, ao nível do sector terciário. A dinamização empresarial, por sua vez, contribui para a taxa de empregabilidade da população, para a formação de quadros qualificados e conseqüente desenvolvimento humano e económico do concelho.

Por fim, no que toca aos **Riscos Naturais e Tecnológicos**, os efeitos positivos prendem-se com a elaboração da Carta de Localização do Risco – Movimentos de Massa em Vertentes e da Carta de Localização do Risco – Cheias e Inundações, ambas efetuadas no âmbito da revisão do PDMRB, e onde se identificam as zonas de risco. Estas zonas foram consideradas na Planta de Ordenamento e no Regulamento proposto. A Planta de Condicionantes – Incêndios Florestais é outro dos efeitos positivos, uma vez que a mesma também foi considerada na Planta de Ordenamento e no Regulamento da revisão do PDM. Outro efeito positivo é a tendência crescente para a diminuição da elevada dependência dos combustíveis fósseis graças ao recurso de energias produzidas a partir de fontes

renováveis, o que converge com as questões estratégicas do PDM proposto no âmbito da promoção da utilização de energias de fontes renováveis. Em termos de efeitos negativos, apresenta-se a proliferação de espécies vegetais invasoras que aumentam o risco de incêndio e a presença humana em zonas de risco.

No que toca ao FCD **Potencialidades e Fragilidades Territoriais**, os efeitos positivos relacionam-se com a instituição da figura EEM e a delimitação da RAN e da REN. Em Solo Urbano destaca-se a consolidação da malha urbana e da regularização da dispersão construtiva, de forma a adequar os perímetros urbanos às previsões sociodemográficas para o concelho. Em Solo Rural destaca-se a criação das categorias de “Espaços Afetos a Atividades Industriais” e “Espaços de Equipamentos e Outras Infraestruturas”, que vem combater a dispersão territorial das atividades industriais. Os efeitos negativos apresentados são o desenvolvimento urbano mais focalizado na zona Este do concelho e o aumento substancial de alojamentos vagos e de caráter sazonal.

Por último, o FCD **Qualidade Ambiental** tem como principais efeitos positivos, a criação de novas vias que garantem um mais fácil acesso a todo o concelho e permitem, sobretudo, o controlo da dispersão edificatória, pois garantem que a edificação se desenvolve ao longo de uma rede viária infraestruturada. Em particular, destaca-se a recente construção da via de ligação da ER 230 ao PERB e ao Estaleiro a Norte deste, ER 112 – Campanário – Boa Morte, que se revela uma mais-valia na perspetiva empresarial e à prevista reformulação do Nó do Campanário, uma vez que permitem um acesso rápido e direto ao Funchal. Outro dos efeitos positivos é a elaboração dos Mapas de Ruído e da Planta de Classificação Acústica do município. Ao nível dos efeitos negativos, apresenta-se o aumento do tráfego rodoviário o que leva à degradação do ambiente sonoro junto às rodovias e aos espaços afetos às atividades industriais, o que, conseqüentemente leva à degradação da qualidade do ar; a insuficiência das infraestruturas, em particular do sistema de recolha e tratamento de águas residuais, que poderão não ser capazes de dar resposta às novas solicitações e terem que ser reestruturadas.

As principais recomendações gerais da AAE são:

1. Assegurar uma eficaz participação pública e meios de fácil acesso à informação pelos munícipes;
2. Assegurar rigor da cartografia e compatibilização do PDM com IGT's e legislação específica;
3. Garantir e melhorar a qualidade de vida das populações, dinamizando o emprego e empreendedorismo;
4. Dar continuidade às intenções de desenvolvimento e consolidação do tecido urbano consignadas no PDM;
5. Dar continuidade às intenções de recuperação do solo rural consignadas no PDM;
6. Colmatar carências infraestruturais, nomeadamente ao nível do saneamento;
7. Valorizar e preservar o património cultural (*sensu lato*) e natural, nomeadamente através do Ecoturismo e Turismo de Natureza;
8. Manter atualizada a Carta de Localização do Risco – Movimentos de Massa em Vertentes e a Carta de Localização do Risco – Cheias e Inundações;
9. Manter atualizada a Planta de Condicionantes – Incêndios Florestais e implementar medidas para proteção das populações face ao risco de incêndio;
10. Considerar as energias renováveis no PDM proposto, nomeadamente ao nível promoção do uso destas em substituição das energias provenientes dos combustíveis fósseis.